

INFLUXOS DO FEMINISMO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: um estudo sobre as práticas organizacionais em empreendimentos autogeridos por mulheres

MARIA DE NAZARE MORAES SOARES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

SERAFIM FIRMO DE SOUZA FERRAZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

SÍLVIA MARIA DIAS PEDRO REBOUÇAS

INFLUXOS DO FEMINISMO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: um estudo sobre as práticas organizacionais em empreendimentos autogeridos por mulheres

1 Introdução

A questão do gênero é decisiva para a discussão sobre o papel da mulher na sociedade, contudo, subvalorizada no debate sobre economia e justiça econômica, provavelmente pela própria minimização da questão do gênero no pensamento hegemônico. Dentre as formas atuais de economia, o contexto da Economia Solidária [ES] é o que mais evidencia a participação da mulher, e, de fato, o universo dos empreendimentos da ES é formado em sua maioria por mulheres (Bauhardt, 2014; Guérin, 2005; Brasil, 2007). A Economia Solidária é um movimento social de geração de renda e organização do trabalho de produção e comercialização coletiva cujo principal propósito é o desenvolvimento humano e social (Arruda, 2003). Importante compreender a ES como uma alternativa às formas de produção e comercialização dominantes, que mesmo estando inserida no sistema capitalista, é baseada nos princípios da autogestão, cooperação e autonomia (Laville, 2014; Singer, 2008). No Brasil, o levantamento realizado entre os anos de 2010 a 2013 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES], indicou uma representação feminina de 52,77% nos empreendimentos da ES, parcela significativa se comparada às outras abordagens de produção e comercialização (Brasil, 2014).

Guérin (2005) informa que a ES é um ambiente propício à pesquisa quanto ao papel da mulher empreendedora, em seus estudos sobre a Economia Solidária na Europa e África, a autora aponta que, além das questões de gênero, existe também a questão da feminização da pobreza. A pesquisa constatou que as mulheres são as primeiras afetadas pelo desemprego e pelo subemprego. Contudo, reflete que, diante dos múltiplos desafios com os quais se deparam, as mulheres se auto-organizam e são responsáveis por iniciativas de desenvolvimento local e comunitário que resultam em práticas inovadoras e anunciadoras de transformações sociais. Essas transformações ocorrem mesmo sendo a mulher uma acumuladora no tocante às atividades do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo (doméstico), reflexo de uma divisão sexual do trabalho considerada natural pelas sociedades, como observa Ávila (2013). Clegg e Hardy (2007) refletem que conceitos e teorias fundamentais da análise organizacional não reconhecem o fato de que as estruturas e processos em uma organização são permeados por relações de poder baseadas no gênero, resultado de uma visão parcial das ideologias e, portanto, das instituições. Ademais, para os autores, as discussões sobre o papel da mulher desafiam não apenas formas e práticas organizacionais, mas formas e práticas de teorização. Calás e Smircich (2007) refletem sobre as práticas organizacionais que ofuscam a questão do gênero, encaminhando-se para a agenda da diversidade organizacional, e propõem repensar as bases do conhecimento. Para as autoras, as pesquisas feministas nos estudos organizacionais são um dos poucos espaços restantes para refletir os excessos do capitalismo contemporâneo.

Ao abordar as teorias feministas, é necessário compreender a heterogeneidade de perspectivas, que vão desde as abordagens liberal, radical ou marxista, até as abordagens socialistas, pós-estruturalistas e (pós)-colonialistas (Calás e Smircich; 2007). Essa diversidade de perspectivas orientam as disposições e dependem do contexto em que são pensadas. As teorias feministas no campo da economia se inserem nesse debate, visto que um dos seus principais objetivos é o romper com a ideia de que a economia está separada da vida e da política, sendo essa perspectiva alinhada com os estudos feministas marxistas, socialistas e pós-estruturalistas (Ávila, 2013). No âmbito dos estudos organizacionais, o presente trabalho destaca as práticas organizacionais feministas, sobretudo a proposta de Patricia Yancey Martin (1993, 2003), no contexto da gestão realizada por mulheres na Economia Solidária,

que é um movimento social baseado nos valores da autogestão, cooperação e autonomia. A proposta da autora elenca alguns valores da gestão feminina, quais sejam: (i) pergunta pela questão da mulher; (ii) utiliza a razão prática feminista; (iii) promove maior conscientização; (iv) promove laços comunitários e cooperativos; (v) promove democracia, participação e empoderamento dos subordinados; (vi) visão do poder como obrigação (e não como status); (vii) valoriza a preocupação e os cuidados mútuos; (viii) luta por resultados transformadores. Nesse sentido, as práticas de gestão serão abordadas de uma forma alheia às discussões teóricas weberianas, onde a gestão é apenas um simples conjunto de ferramentas, e não práticas sociais dependentes de um contexto.

Autoras como Segnini (2007), Martin (2003) e Ávila (2013) ressaltam que a questão da mulher deve ser pesquisada intensamente, mesmo porque possibilita uma melhor compreensão de mudanças sociais a partir da reestruturação econômica em curso. Torna-se portanto relevante a pesquisa sobre as relações de gênero e experiências exitosas em que mulheres empreendedoras empoderaram-se de meios para gerar a própria renda e inclusão social, bem como o desenvolvimento de estratégias de formação de redes de cooperação locais ou territoriais que viabilizam a atividade econômica desses empreendimentos autogeridos por mulheres (Scherer-Warren, 2006).

A pesquisa centra-se notadamente na análise de seis redes de cooperação da Economia Solidária e Feminista estabelecidas no estado do Ceará, formada por mulheres. O pressuposto inicial é que a ES é marcada pela questão do gênero e influencia a forma como os empreendimentos são (auto)geridos (Ávila, 2013; Gaiger, 2004; Mance, 2006; Martin, 1993, 2003; Scherer-Warren, 2006). Os estudos em ES refletem a participação ativa das mulheres empreendedoras, o próprio mapeamento nacional da SENAES expõe questões específicas do trabalho da mulher na ES, contudo, não há um estudo que evidencie se a ES, na figura de seus princípios orientadores (autogestão, cooperação e autonomia), é influenciada pela perspectiva das práticas feministas de gestão (propostas por Patricia Yancey Martin). Diante do exposto, o estudo propõe responder à seguinte questão de pesquisa: *Os princípios da Economia Solidária são positivamente influenciados por práticas feministas de gestão?*

Dessa forma, o objetivo geral do estudo é investigar se os princípios da ES (três variáveis – autogestão, cooperação e autonomia) são positivamente influenciados pelas práticas feministas de gestão (sete variáveis – práticas de gestão feminista propostas por P. Y. Martin). O contexto de análise são empreendimentos geridos por mulheres nas redes de cooperação da Economia Solidária, sob o enfoque da proposta de Patricia Yancey Martin sobre as práticas feministas de gestão. Os objetivos específicos delimitados para a consecução do objetivo geral são: (i) Analisar se o princípio da autogestão é positivamente relacionado a práticas feministas de gestão; (ii) Identificar se o princípio da cooperação é positivamente relacionado a práticas feministas de gestão; (iii) Indicar se o princípio da autonomia é positivamente relacionado a práticas feministas de gestão.

A pesquisa apresenta natureza exploratória e dedutiva, utilizando-se de uma abordagem quantitativa na etapa de análise dos dados. Para a consecução dos objetivos específicos serão consideradas as informações de duas fontes de dados, uma primária, outra secundária. A fonte secundária de dados, foi utilizada a base de dados mapeada no Brasil nos anos de 2010 a 2013 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária [SIES] da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), abrangendo uma amostra de 19.708 empreendimentos econômicos solidários. A segunda fonte de dados é primária e foi coletada a partir da aplicação de um questionário formatado em escala Likert de cinco posições junto às mulheres empreendedoras às redes de cooperação formadas por mulheres no estado do Ceará, conforme a proposta de práticas organizacionais femininas de Martin (1993, 2003). Os dados foram analisados através da estatística multivariada de Análise de Regressão Múltipla,

utilizando-se como ferramenta estatística o *software SPSS (Statistic Package for Social Science)*.

2 Suporte teórico e hipóteses

2.1 A Economia Solidária e os movimentos sociais

A Economia Solidária é um movimento social de geração de renda onde os empreendimentos são de posse coletiva dos trabalhadores e por eles são autogeridos, uma forma social de produção diferente e pluralista, que não se resume ao funcionamento econômico em si, mas à busca pelo bem estar social e desenvolvimento local (Borzaga & Tortia, 2007; Defourny & Nyssens, 2010; França Filho, 2007, 2013; Gaiger, 2011; Singer, 2008; Laville, 2014). A formação de redes de cooperação indica uma estratégia de fortalecimento dos EESs, autores como Laville e Gaiger (2009) afirmam que as redes dinamizariam as interações participativas na ES ao promover sistemas mais amplos de reciprocidade, valor compartilhado tanto na ES como nas RES. Ao considerar o fortalecimento das redes de ES como facilitador de uma maior interação entre organismos com mesmos objetivos, pondera-se ser viável cogitar que essas redes possibilitariam, eventualmente, uma menor dependência dos poderes públicos, e mesmo do mercado (Mance, 2006; Sherer-Warren, 2006).

Como Laville, Levesque e Mendell (2007) sugerem, o contexto institucional, o dinamismo dos movimentos sociais e sua capacidade de forjar alianças favoráveis são fatores decisivos que influenciam o tamanho relativo e o dinamismo da ES em qualquer sociedade. A decisão estratégica de formar redes na ES é fruto do reconhecimento de que, isoladamente, os EESs compõem-se em iniciativas com pouca força de sustentação econômica, nesse sentido, é necessária uma visão global, capaz de melhor direcionar os esforços no desenvolvimento das políticas públicas, evitando ações pulverizadas e buscando o fortalecimento da ES enquanto movimento organizado (Brasil, 2007; Mance, 2006). Segundo Asseburg e Gaiger (2007) e Arruda (2008), a contribuição da economia solidária para a diminuição da desigualdade social em um ambiente dominado pela concentração de renda e riqueza e exploração do trabalho reside na mudança do indivíduo, na sua emancipação e o atendimento de uma dupla demanda: sobrevivência e bem-estar social. As organizações dentro da perspectiva da economia solidária atuam em três principais dimensões: autogestão, cooperação e autonomia.

Para Vieta (2014, 2015) a autogestão prefigura o “novo cooperativismo” através da autodeterminação dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho em ambientes de exploração. Além disso, segundo o autor, a autogestão carrega em si uma força educativa libertadora que molda o futuro no presente, construindo possibilidades de mudanças estruturais a longo prazo. A autogestão na ES é visualizada através da posse coletiva dos meios pelos quais exercem a atividade econômica, e, por isso, os atores são igualmente responsáveis pela gestão do empreendimento (Arruda, 2008; Azambuja, 2009; Gaiger, 2011; Laville, 2014; Mance, 2006; Morin, 2007; Singer, 2008). A cooperação é um processo de interação social, onde os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os resultados são distribuídos entre os agentes. No contexto das redes, o cruzamento do conjunto das informações mapeadas permite detectar diversas oportunidades de conexões de rede entre os diferentes atores em torno dos eixos articuladores da rede, fortalecendo as ações de cada qual ao adotarem estratégias cooperativas (Arruda, 2008; Mance, 2006; Morin, 2007; Scherer-Warren, 2006; Singer, 2008; Vieta, 2014, 2015). A autonomia, por sua vez, é um elemento básico da democracia, significa liberdade de tomar suas próprias decisões, acordar suas próprias diretrizes, indicar e desligar seus dirigentes sem intervenções ou distorções. No contexto das redes, a autonomia deve ser mantida tanto em relação à rede como em relação

aos seus membros, a fim de garantir a manutenção das características da ES, além disso, o fortalecimento dos empreendimentos da ES através das redes permite uma maior autonomia em relação ao Estado e ao mercado (Arruda, 2008; Gaiger, 2011; Laville, 2014; Mance, 2006; Scherer-Warren, 2006; Singer, 2008).

Autores como Sherer-Warren (2006) e Asseburg e Gaiger (2007), refletem que a ES vincula-se aos movimentos sociais por encontrar, nesse contexto, identificação com o reconhecimento da diversidade. Essa vinculação entre ES e movimentos sociais destaca-se à medida que a ES é percebida como uma proposta de contribuição a reivindicações desses movimentos. Característica marcante dos movimentos sociais é a congregação, no mesmo espaço de discussão, de diversos atores que possuem demandas diferenciadas, mas que em seu bojo reconhecem a diferença, como é o caso do movimento feminista.

2.2 As Teorias Feministas e a Economia Solidária

As Teorias Feministas abordam a questão do trabalho da mulher e seu papel na economia de várias formas, existe determinada heterogeneidade de perspectivas que abrangem diferentes visões de mundo, mesmo estando sob o mesmo espectro dos direitos da mulher. Dessa forma, esse fenômeno pode ser analisado sob uma abordagem liberal, radical, marxista, socialista, pós-estruturalista ou (pós)-colonialista (Calás e Smircich; 2007). Essa diversidade de perspectivas orientam as disposições e dependem do contexto em que são pensadas. Conforme os objetivos traçados para presente trabalho, a análise do trabalho da mulher e suas práticas será observado a partir da perspectiva dos estudos feministas marxistas, socialistas e pós-estruturalistas (Ávila, 2013). Não há como limitar a discussão a apenas uma abordagem, em virtude da complexidade do tema, é necessário manter certa abertura para a intersecção das perspectivas, observando-se as dissensões. As discussões feministas no campo da economia datam da década de 1970, contudo, apresentam como marco o estudo de Marilyn Waring (1988), em sua pesquisa, a autora realiza reflexões importantes sobre o viés científico, econômico, político e histórico que exclui o ponto de vista da mulher e a torna invisível, em especial, na economia. Segundo Ávila (2013) a divisão sexual do trabalho que se perpetuou historicamente na sociedade, levou a percepções subjetivas sobre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. O trabalho produtivo seria o realizado na esfera público e direcionado aos homens, o trabalho reprodutivo seria o trabalho realizado pelas mulheres na esfera privada. Essa visão leva à dificuldade de inserção e manutenção da mulher no mercado de trabalho, desigualdade de salários, precarização do trabalho da mulher entre outras questões.

No contexto atual, o trabalho remunerado é uma necessidade social das mulheres para a própria sobrevivência e dos dependentes, muitas são “arrimo” de família, contudo, a inserção da mulher nas atividades produtivas deve considerar as contradições da reprodução de um sistema de desigualdade social que perpassa a desigualdade de gênero. A expressividade das mulheres na Economia Solidária lida com os desafios das mulheres que se empoderam de formas de geração da própria renda aliada aos movimentos sociais, como o movimento da economia feminista. Bauhardt (2014) e Gibson-Graham (2006) refletem que os projetos e iniciativas que aderem aos princípios de ES estão no cerne de uma política pós capitalista e são especialmente comprometidos com a imediata satisfação das necessidades, bem como a implementação das exigências de autogestão, cooperação e autonomia. Autores como Gaiger (2011), Laville (2014) e Vieta (2014), somam à geração de renda para atendimento das necessidades básicas, a questão da emancipação dos indivíduos e o desenvolvimento local que emergem da práxis da ES.

Sob a perspectiva da economia ecofeminista, Bauhardt (2014) apresenta críticas a alguns modelos propostos como alternativas à economia de crescimento capitalista, sendo a

ES um dos modelos analisados. Para autora, as abordagens alternativas, ainda que sejam apontadas como uma solução para a crise, não consideram a questão do gênero como necessária para a mudança econômica. Entretanto, dentre as diferentes alternativas, a autora reconhece a ES como a proposta que mais adere à realização de uma economia alternativa, no sentido de ser a mais distante das formas capitalistas de produção, e mais próxima da realização de utopias concretas que tornam o ser humano mais importante que a economia, e não o contrário. A crítica realizada pela autora em seus estudos sobre o contexto europeu em relação às iniciativas da ES reside na ausência de reflexão sobre a questão do gênero e suas implicações no mundo do trabalho.

Considerando o cenário brasileiro, percebe-se uma aproximação entre o movimento da ES e entre os movimentos feministas, sobretudo em uma economia feminista. Ambos são movimentos sociais que se organizam em prol de mudanças sociais a partir de valores como solidariedade, democracia, cooperação, sustentabilidade e desenvolvimento humano, além disso, essas visões alternativas da vida econômica priorizam a vida em detrimento exclusivamente do lucro (Arruda, 2008; Bauhardt, 2014). Segundo Ávila (2013) a divisão sexual do trabalho, questão abordada pela EF, não é algo natural, mas socialmente construída por longos tempos, parte da ideia de que os homens estão destinados às atividades produtivas, relativas à produção de mercadorias e bens de consumo, onde seu trabalho é visível, público, reconhecido, valorizado e remunerado. Às mulheres, caberia a atividade reprodutiva, relativa ao trabalho doméstico e de cuidado, não reconhecida ou valorizada. Sabe-se que as mulheres estão ao mesmo tempo nas atividades produtivas e reprodutivas, ou seja, nas esferas privada e pública. A Economia Feminista surge como uma teoria crítica a não-incorporação da experiência das mulheres, especialmente seu trabalho e sua ação econômica, pela economia tradicional (Brasil, 2015, p. 10).

No Brasil, a economia feminista vem trabalhando juntamente com a Economia Solidária na construção da sustentabilidade dos empreendimentos, de forma que esse processo seja permanente e cumulativo. A economia feminista vai ao encontro da visão da ES em relação à articulação dos empreendimentos em rede, parte-se, portanto, do local, onde as mulheres vivem e produzem, ou seja, onde os EESs estão enraizados, dirigindo-se à formação de pequenas redes que visam a ampliação das capacidades de produção e comercialização (Brasil, 2015).

2.3 As práticas organizacionais feministas no contexto da Economia Solidária

Calás e Smircich (2007) abordam em seus estudos sobre o ponto de vista da mulher, as abordagens feministas nos estudos organizacionais. As Teorias Feministas evoluíram e se diversificaram ao longo do tempo, portanto. As autoras informam que as diversas abordagens, tanto as pós-estruturalistas até as terceiro-mundistas (pós-colonialistas) problematizam a questão do gênero. São discursos críticos do *status quo* que originam agendas visando a transformação das organizações e da sociedade.

Susan Koen (1984) analisou de perto quatro organizações feministas de negócios e identificou, que empresas feministas são geridas de formas diferentes das convencionais em termos de processos decisório participativo, sistema de liderança rotativo, desenhos de funções flexíveis e interativos, sistema de distribuição de renda equitativo e responsabilização política e interpessoal. A partir desse estudo, Patricia Yancey Martin (1990) propôs uma lista de dimensões que marcariam um negócio como feminista, ajudando a identificar categorias conceituais e alinham-se com a perspectiva da ES em vista de sua natureza principiológica e valorativa, e não puramente utilitária das formas de gestão convencionais. Dessa forma, dentre as teorias sobre as práticas organizacionais femininas, a proposta por Martin (1993, 2003) é a que mais se adequa à visão da ES, essa abordagem seleciona alguns valores da

gestão feminina que serão utilizadas nestes trabalho como variáveis de análise, quais sejam: (i) pergunta pela questão da mulher; (ii) utiliza a razão prática feminista; (iii) promove maior conscientização; (iv) promove laços comunitários e cooperativos; (v) promove democracia, participação e empoderamento dos subordinados (visão do poder como obrigação); (vi) valoriza a preocupação e os cuidados mútuos; (vii) luta por resultados transformadores. Ressalta-se que existem outros modelos de práticas feministas de gestão, e outras podem ser identificadas em campo, contudo, para este estudo, será utilizado o modelo proposto por Patricia Yancey Martin, em virtude de sua proposta aderir à proposta da Economia Solidária.

Segundo Martin (1993, 2003), a pergunta pela questão da mulher consiste em identificar e desafiar normas, políticas e práticas, tidas como verdades necessárias, que põe mulheres em desvantagem ou mesmo as exclui em grupos específicos. A autora exemplifica, como uma verdade necessária que atinge a mulher na organização, a assunção de que bons gestores devem priorizar o trabalho em detrimento da família e vida pessoal, dessa forma, a mulher é posta em uma posição em que a ascensão a postos de gerência lhe são dificultados, ou mesmo mal vistos, visto que à mulher é resguardado o papel do trabalho reprodutivo e de cuidado da família.

A razão prática feminina, para Martin (1993, 2003), aborda soluções pragmáticas para dilemas concretos entre perspectivas incompatíveis. Essa razão prática feminista direciona a atenção e a compreensão para a diversidade de comunidades e diversidade de circunstâncias que cada indivíduo vivencia, dessa forma, desafia a visão de que as regras devem ser aplicadas independentemente do contexto e do indivíduo, o que resulta não raro no cometimento de injustiças. Essa prática pode ser utilizada nas organizações por gestoras feministas para introduzir conceitos alternativos de trabalho pago, propósito da organização e novas formas de lidar com os problemas.

Martin (1993, 2003) também elenca como valor das práticas organizacionais feministas a promoção de maior conscientização, utilizado para validar suas experiências pessoais e relacioná-las com as experiências de outras pessoas em condições similares. A promoção de uma maior consciência auxilia na afirmação e legitimidade das experiências e visões das mulheres, pode mostrar que as circunstâncias não são únicas e facilitar a solução colaborativa dos problemas. Essa é uma prática feminista que promove a colaboração através da exposição de múltiplas realidades da organização e minar ou reduzir a visão de que só há uma visão correta e necessária. A promoção de laços comunitários e cooperação é informado por Martin (1993, 2003) como um valor que resulta em inclusão, interdependência e identidade de grupo. Esse valor rejeita o individualismo extremo, a competição exagerada e a dominação interpessoal, isso não significa que não ocorrerão conflitos, diferenças ou perdas, os indivíduos são encorajados a dar o seu melhor, e não ser o melhor. A visão da gestão cooperativa reduz o sentimento de inferioridade e distanciamento comum à visão hierárquica das organizações, de fato, a ênfase na comunidade encoraja o foco no trabalho e não no poder.

A promoção da democracia é outro valor elencado por Martin (1993, 2003). Democracia, no senso clássico, é a participação das pessoas em sua própria governança, nesse sentido, as regras são elaboradas com o envolvimento e consentimento dos governados, além disso, democracia significa o direito de discordar com o *status quo* sem retaliações, bem como a liberdade de falar, agir e escolher. A promoção da democracia acarreta um maior envolvimento dos indivíduos nas discussões, isso não quer dizer que todos são iguais ou lacuna de gestão, em vez disso, as gestoras feministas exercem cuidadosamente o poder, compartilham informações, recurso e oportunidades: a obrigação é tão importante quanto o privilégio. Nesse sentido, Martin (1993, 2003) visualiza que a participação e empoderamento dos subordinados são fundamentais para alocar responsabilidades. Essa prática feminista também preocupa-se em como o poder é usado: O poder é usado com força? Os subordinados são encorajados a crescer, aprender e expandir-se ou a somente seguir ordens e submeter-se?

As visões feministas obrigam-se a empoderar e não explorar os indivíduos para objetivos pessoais ou corporativos, essa é uma visão que difere consideravelmente da ideia de autoridade e hierarquia tradicionais, onde o subordinado é obrigado a agradar o gestor como ele deseja. O poder nessa prática organizacional emana do indivíduo como parte da organização e não de postos hierárquicos, fomenta-se o desenvolvimento, aprendizado e assim elevam-se os níveis de produção, cooperação, e qualidade no trabalho.

A preocupação com o outro e os cuidados mútuos também são valores, conforme Martin (1993, 2003), caros às práticas feministas organizacionais. Na visão feminista, o indivíduo, mulheres e homens, são vistos como seres além do trabalho, não apenas como profissionais, mas como esposas, maridos, pais, filhos, e que além do trabalho, eles têm outras obrigações que podem afetar o indivíduo, sua energia, seu tempo. A ideia é dar o maior apoio possível através de políticas que visualizem o cuidado com o outro, provisão de benefícios e seguros, boa saúde e segurança no trabalho também são questões relevantes. Por fim, Martin (1993, 2003) pontua que a luta por resultados transformadores emerge das práticas feministas nas organizações, amadurecimento da consciência política, elevação da auto-estima e compromisso com o trabalho para mudar as condições e estados da mulher (e mesmo de minorias). As transformações feministas produzem a maior compreensão política, menos tolerância à opressão, mais motivação para o trabalho e maior identidade com o papel da mulher, que, comparada com o homem, é oprimida em todos os espaços. A transformação com a gestão feminista pode ocorrer: nas mulheres como indivíduos, nas mulheres no coletivo, nos homens e nas organizações.

H1) O princípio da autogestão é positivamente relacionado a práticas feministas de gestão.

H2) O princípio da cooperação está positivamente relacionado a práticas feministas de gestão.

H3) O princípio da autonomia está positivamente relacionado a práticas feministas de gestão.

As reflexões que emergem da discussão do papel da mulher nas organizações e na sociedade não se limitam apenas à questão do gênero, como concluem Calás e Smircich (2007) e Segnini (2007), trata-se de uma agenda que se amplia para a busca por diversidade, transformação e evolução. De fato, é necessário certo amadurecimento das organizações que desejem adotar as práticas feministas, no caso dos empreendimentos da ES Feminista autogeridos por mulheres, a grande questão é se essas práticas colaboram com a visão da autogestão, cooperação e autonomia.

3 Metodologia de pesquisa

De acordo com Collis e Hussey (2005), a pesquisa a abordagem do problema da pesquisa conduzida pode ser caracterizada, quanto à sua natureza como quantitativa, nas etapas de coleta e análise de dados e quanto aos objetivos a pesquisa pode ser caracterizada como exploratória e dedutiva. Conforme Cooper e Schindler (2003) a fase exploratória da pesquisa adequa-se ao objetivo deste estudo porque, ao mesmo tempo em que se pretende descrever a situação da amostra, a fase dedutiva, por sua vez, surge do teste das hipóteses elaboradas para o estudo, indicando tendências no fenômeno pesquisado. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser caracterizada como documental e bibliográfica. Os dados serão analisados através da estatística multivariada de Análise de Regressão Múltipla, utilizando-se a ferramenta estatística *SPSS (Statistic Package for Social Science)*.

3.1 Características da amostra de dados

A primeira fonte de dados é secundária, resultado de um mapeamento nacional realizado pela SENAES entre os anos de 2010 a 2013, abrangendo 19.708 empreendimentos no Brasil. Desses 19.708 empreendimentos em funcionamento, 7.633 apresentam mulheres como maioria, e 2.874 destes empreendimentos são organizados apenas por mulheres. Os dados capturados nesse levantamento foram organizados em 899 categorias de informações (variáveis), que vão desde o endereço do empreendimento até a participação dos empreendimentos da ES em movimentos sociais, passando por uma detalhada pesquisa junto aos sócios dos empreendimentos, abrangendo também questões de gênero e raça. O mapeamento nacional, visualizando a questão do gênero na ES, abrangeu diversas questões importantes sobre a mulher na ES, desde o número de sócias até a situação da terra onde vivem e trabalham. A segunda fonte de dados é primária e foi coletada a partir da aplicação de um questionário formatado em escala Likert de cinco posições junto às mulheres empreendedoras de redes de cooperação da ES no Ceará, conforme a proposta de práticas organizacionais femininas de Martin (1993, 2003). A amostra da pesquisa abrangeu dezessete empreendimentos da ES da rede de cooperação (produção e comercialização) Estrela de Iracema estabelecida no estado do Ceará e formadas apenas por mulheres, conforme dados relacionados no quadro a seguir.

Quadro 01: Síntese das características da amostra

Empreendimento da rede	Quantidade de associadas	Questionários coletados* (validados)
Um Pouco de Nós	12	9
Mulheres Criativas	9	6
Multiartes	10	3
Brilho da Lua	5	3
Arte e Costura	13	2
Afaf	6	5
São Bernardo	13	7
Recriar	12	10
Mãos Abençoadas	6	3
Assef	15	6
Mãos Talentosas	4	3
Variarth	6	4
Solidu	15	8
Criarte	12	9
Mulheres Empreendedoras	25	13
Aarte	20	9
Total>	183	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

3.2 Variáveis da pesquisa e elaboração dos índices

Segundo Cooper e Schindler (2003), a escolha das variáveis deve refletir o fenômeno sob investigação, o problema de pesquisa. O conjunto de variáveis que foi selecionado na base de dados da SENAES e na pesquisa junto aos empreendimentos autogeridos por

mulheres, emergiu da teoria revisada sobre a Economia Solidária, a Economia Feminista e as Teorias Feministas sobre práticas feministas de gestão.

As variáveis dependentes adotadas são os índices de autogestão, cooperação e autonomia. As variáveis que compuseram os índices de autogestão, cooperação, autonomia e capital social, são de natureza categórica, sendo assim, na análise dos dados foi realizada a transformação lógica dos dados no *SPSS*, considerando “0” para “não” e “1” para “sim”. O índice de autogestão foi criado a partir de questões como “O empreendimento possui conselho consultivo ou similar como instância de direção e coordenação do empreendimento”. O índice de cooperação foi criado a partir de questões como “Participação nas decisões cotidianas do empreendimento como forma de participação”. E o índice de autonomia foi criado a partir de questões como “Se o empreendimento teve acesso a algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação”. As variáveis independentes a pesquisa são os índices relacionados às oito práticas feministas de gestão (Martin, 1993, 2003; Cooper & Schindler, 2001). Os dados foram coletados através de um questionário, construído em escala Likert de cinco pontos, junto aos empreendimentos autogeridos por mulheres. Os dados coletados nos questionários foram padronizados e inseridos no *SPSS* para realizar os testes estatísticos.

3.3 Hipóteses de pesquisa e procedimento de análise

As hipóteses elaboradas para a pesquisa visam atingir os objetivos propostos, conforme informações dispostas no quadro a seguir:

Quadro 02: Matriz resumo de amarração teórica

Objetivo Geral: Investigar se a perspectiva do Feminismo contribui com a ação das mulheres empreendedoras nas redes de cooperação da Economia Solidária.				
Objetivos específicos	Hipóteses	Base conceitual	Variável observável	Técnicas estatísticas
(i) Analisar se o princípio da autogestão é positivamente relacionado às práticas feministas de gestão.	(H1) O princípio da autogestão está positivamente relacionado às práticas feministas de gestão.	Gestão democrática, autogestão: Singer (2008), Mance (2006), Morin (2007), Arruda (2008), Gaiger (2011), Laville (2014), Vieta (2015). Práticas organizacionais feministas: Martin (1993, 2003), Guérin (2005).	<u>Base de dados SENAES:</u> dir145a, dir145b, dir145c, dir145d, dir145f, dir145g, deci146a, deci146b, deci146c, deci146e. <u>Questionário:</u> quest1, razao2, consci3, coope4, democ5, empod6, cuida7, transf8.	Análise de Regressão Múltipla
(ii) Identificar se o princípio da cooperação é positivamente relacionado às práticas feministas de gestão.	(H2) O princípio da cooperação está positivamente relacionado às práticas feministas de gestão.	Participação dos trabalhadores na gestão do empreendimento: Singer (2008), Scherer-Warren (2006), Mance (2006), Morin (2007), Arruda (2008). Práticas organizacionais feministas: Martin (1993, 2003), Guérin (2005).	<u>Base de dados SENAES:</u> deci146d, deci146g, deci146h, deci146i, deci146j, part149a, part149b, part149c, part149d, part149e. <u>Questionário:</u> quest1, razao2, consci3, coope4, democ5, empod6, cuida7, transf8.	Análise de Regressão Múltipla

(iii) Indica r se o princípio da autonomia é positivamente relacionado às práticas feministas de gestão.	(H3) O princípio da autonomia está positivamente relacionado às práticas feministas de gestão.	Recebimento de assessoria, assistência ou apoio para capacitação, realização de atividades de formação e sensibilização dos sócios Singer (2008), Scherer-Warren (2006), Mance (2006), Morin (2007), Arruda (2008), Gaiger (2011), Laville (2014). Práticas organizacionais feministas: Martin (1993, 2003), Guérin (2005).	<u>Base de dados SENAES:</u> apo142, apo143a, apo143b, apo143c, apo143d, apo143e, apo143f, apo143g, apo143h, ativ 150. <u>Questionário:</u> quest1, razao2, consci3, coope4, democ5, empod6, cuida7, transf8.	Análise de Regressão Múltipla
--	--	---	---	-------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

A análise dos dados foi realizada com base nos resultados da Análise de Regressão Múltipla utilizando-se a ferramenta *SPSS (Statistic Package for Social Science)*. Foram verificadas as relações de influência das variáveis independentes, os valores feministas nas práticas organizacionais, nas variáveis dependentes, os valores da Economia Solidária, permitindo-se verificar tendências no movimento da ES em relação aos influxos do feminismo presentes no movimento.

4 Análise dos dados e resultados

A análise dos dados, além de organizar e resumir os dados, permite buscar padrões sob a ótica da questão de pesquisa, procurando verificar consistência dos resultados junto à teoria (Cooper & Schindler, 2003). Em um primeiro momento foi realizada uma análise exploratória utilizando o *SPSS* para identificar possíveis *outliers*, dados discrepantes do restante da amostra, em conjunto com a técnica *outlier labeling rule* proposta por Tukey (1977), resultando em 100 unidades válidas de observação, em uma amostra de 135 questionários respondidos. O teste das Hipóteses 1, 2 e 3 estabelecidas foi realizado através de Regressão Linear Múltipla pelo método de entrada *Insert*. De acordo com Hair Jr. *et al.* (2009), o objetivo da regressão múltipla é prever as mudanças na variável dependente como resposta a mudanças nas variáveis independentes.

A Hipótese 1 afirma que “O princípio da autogestão é positivamente relacionado às práticas feministas de gestão”, o teste da hipótese resultou no seguinte *output*:

Tabela 01: Coeficientes da Regressão Linear Múltipla H1

Variável independente	Coefficient e B	Erro padronizado	Beta padronizado	Estatística t	Sig.	VIF
R ² = 0,519, R ² Ajustado=0,477, F (ANOVA) = 12.290, □ □2,660623 (Sig = 0,000)						
Constante	13,825	3,085	-	4,482	0,000	-
Pergunta pela questão da mulher	-0,326	0,124	-0,287	-2,621	0,010	2,275

Utiliza a razão prática feminina	-0,147	0,178	-0,098	-,826	0,411	2,657
Promove maior conscientização	-1,056	0,141	-0,703	-7,477	0,000	1,674
Promove laços comunitários e cooperativos	-0,360	0,260	-0,175	-1,385	0,169	3,013
Promove democracia e participação	0,182	0,170	0,144	1,066	0,289	3,446
Promove o empoderamento dos subordinados	0,609	0,184	0,359	3,306	0,001	2,571
Valoriza a preocupação com o outro e os cuidados mútuos	0,609	0,184	0,359	3,306	0,001	2,228
Luta por resultados transformadores	0,515	0,204	0,292	2,530	0,013	2,526
Notas:						
i) Variável dependente: Autogestão						
ii) Estatística de Durbin-Watson = 0,852						

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados do teste da Hipótese 1 informam que a variável dependente “autogestão” é positivamente relacionada três das oito variáveis independentes que representam as práticas feministas de gestão, quais sejam: promove o empoderamento dos subordinados, valoriza a preocupação com o outro e os cuidados mútuos e luta por resultados transformadores. Dessa forma, apenas essas três variáveis apresentam relação positiva e significativa ($p > 0,001$) na explicação do modelo. Verifica-se que as outras práticas não apresentam significância ou relação positiva com a autogestão, o que nos permite refletir sobre como a questão da mulher é tratada nos empreendimentos, se há a preocupação em conscientizar as mulheres sobre a importância de seus trabalhos e se as mulheres percebem essa questão como importante para o trabalho cooperativo e para a gestão dos empreendimentos. Contudo, não se rejeita a Hipótese 1 totalmente, confirmando-se que o princípio da Autogestão está positivamente relacionado às práticas feministas de gestão que foram mencionadas e empreendimentos com maiores índices de autogestão promovem mais o empoderamento dos subordinados, valorizam mais a preocupação com o outro e os cuidados mútuos e luta mais por resultados transformadores. A autogestão é um princípio caro à Economia Solidária e é influenciado diretamente pelas dinâmicas de trabalho dos empreendimentos, como expressa Vieta (2014, 2015) em seus estudos de cooperativismo. Nesse sentido, as práticas feministas de gestão contribuem para fomentar uma percepção diferenciada sobre a questão da mulher no mundo do trabalho e da gestão dos empreendimentos, pois são práticas que promovem uma visão do trabalho como algo comum e pertencente a todos. A ES busca, assim como as práticas feministas de gestão, transformar as comunidades que estão envolvidas nos processos de produção e comercialização de produtos e serviços, visando não apenas a geração de renda, mas a geração de outros tipos de capitais.

A Hipótese 2 afirma que “O princípio da cooperação é positivamente relacionado às práticas feministas de gestão”, o teste da hipótese resultou no seguinte *output*:

Tabela 02: Coeficientes da Regressão Linear Múltipla H2

Variável independente	Coefficient e B	Erro padronizado	Beta padronizado	Estatística t	Sig.	VIF
R ² = 0,796, R ² Ajustado=0,634, F (ANOVA) = 19.731, $\square\square$ 0,989289 (Sig = 0,000)						
Constante	8,726	1,951	-	4,472	0,000	-
Pergunta pela questão da mulher	-0,047	0,079	-0,058	-0,602	0,549	0,440
Utiliza a razão prática feminina	0,038	0,113	0,034	0,333	0,740	0,376
Promove maior conscientização	-0,436	0,089	-0,400	-4,875	0,000	0,597
Promove laços comunitários e cooperativos	0,581	0,165	0,388	3,530	0,001	0,332
Promove democracia e participação	0,671	0,108	0,733	6,227	0,000	0,290
Promove o empoderamento dos subordinados	0,164	0,097	0,171	1,682	0,096	0,389
Valoriza a preocupação com o outro e os cuidados mútuos	-0,563	0,117	-0,457	-4,828	0,000	0,449
Luta por resultados transformadores	-0,323	0,129	-0,253	-2,507	0,014	0,396
Notas:						
i) Variável dependente: Cooperação						
ii) Estatística de Durbin-Watson = 1,922						

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados do teste da Hipótese 2 informam que a variável dependente “cooperação” é positivamente relacionada quatro das oito variáveis independentes que representam as práticas feministas de gestão, quais sejam: promove laços comunitários e cooperativos, promove a democracia e participação, valoriza a preocupação com o outro e os cuidados mútuos e luta por resultados transformadores. Verifica-se que as outras práticas não apresentam significância ou relação positiva com a cooperação, o que nos permite refletir sobre percepção das mulheres sobre a questão do gênero no mundo do trabalho, e em especial, no mundo do trabalho cooperativo. Entretanto, não se rejeita a Hipótese 2 totalmente, confirmando-se que o princípio da Autogestão está positivamente relacionado às práticas feministas de gestão que foram mencionadas e empreendimentos com maiores índices de cooperação promovem mais os laços comunitários e cooperativos, a democracia e a participação, valorizam mais a preocupação com o outro e os cuidados mútuos e lutam mais

por resultados transformadores. A cooperação está na essência nos empreendimentos da ES, bem como nas práticas feministas de gestão, que prezam por uma gestão horizontal, onde o poder é compartilhado como uma responsabilidade (Martin, 1993, 2003; Arruda, 2008; Bauhardt, 2014).

A Hipótese 3 afirma que “O princípio da autonomia é positivamente relacionado às práticas feministas de gestão”, o teste da hipótese resultou no seguinte *output*:

Tabela 03: Coeficientes da Regressão Linear Múltipla H3

Variável independente	Coefficiente B	Erro padronizado	Beta padronizado	Estatística t	Sig.	VIF
R ² = 0,716, R ² Ajustado=0,691, F (ANOVA) = 28.711, □□2,082 (Sig = 0,000)						
Constante	10,327	2,729	-	3,784	0,000	-
Pergunta pela questão da mulher	-0,192	0,110	-0,147	-1,748	0,084	0,440
Utiliza a razão prática feminina	0,240	0,158	0,139	1,525	0,131	0,376
Promove maior conscientização	-1,010	0,125	-0,584	-8,086	0,000	0,597
Promove laços comunitários e cooperativos	1,251	0,230	0,527	5,436	0,000	0,332
Promove democracia e participação	0,784	0,151	0,540	5,205	0,000	0,290
Promove o empoderamento dos subordinados	0,062	0,136	0,040	0,452	0,652	0,389
Valoriza a preocupação com o outro e os cuidados mútuos	-0,133	0,163	-0,068	-0,818	0,415	0,449
Luta por resultados transformadores	-1,150	0,180	-0,566	-6,382	0,000	0,396
Notas:						
i) Variável dependente: Autonomia						
ii) Estatística de Durbin-Watson = 01,035						

** Coeficiente significativo a um nível de 1%

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados do teste da Hipótese 3 informam que a variável dependente “autonomia” é positivamente relacionada duas das oito variáveis independentes que representam as práticas feministas de gestão, quais sejam: promove laços comunitários e cooperativos e promove a democracia e participação. Verifica-se que as outras práticas não apresentam significância ou relação positiva com a autonomia, o que nos permite refletir sobre como as mulheres dispõem

dos instrumentos necessários para exercer sua autonomia na gestão cotidiana dos empreendimentos. Essa é uma questão importante a nível nacional e internacional, visto que muitos órgãos de fomento ao desenvolvimento local das comunidades informam que as mulheres têm menos acesso às ferramentas de gestão e principalmente ao crédito financeiro para encaminhar seus negócios. Morin (2007) fala em uma autonomia que é adquirida por meio de aquisição de informação, conhecimentos, procedimentos e técnicas por meio da parceria com agentes externos, outros empreendimentos, representantes do saber, detentores das relações institucionais e do acesso aos recursos e mesmo os movimentos sociais. A questão da autonomia ter menos variáveis independentes explicativas nos faz atentar para a questão da autonomia da própria mulher empreendedora da ES que muitas vezes não visualiza no produto do seu trabalho, e na sua própria mobilização para gerar renda, uma forma de transformação social.

5 Conclusão

As análises realizadas, baseadas tanto no referencial teórico como nos dados coletados junto às empreendedoras da Economia Solidária, favoreceram a elaboração das observações. As práticas feministas de gestão apresentam uma proposta disruptiva em relação aos modelos de gestão usuais, pois propõem uma mudança nas concepções de gestão burocratizadas e hierarquizadas. A Economia Solidária também propõe oferecer uma forma de geração de renda que abrange não apenas o contexto econômico, mas também o contexto social. Essas duas visões conjuntamente organizadas hoje nos empreendimentos da ES geridos por mulheres complementam-se.

Os resultados da pesquisa permitem compreender, contudo, que ainda há muito o que se construir em termos de empoderamento e emancipação das mulheres no âmbito do mundo do trabalho cooperativo. Um alerta primário que apontam os resultados dos testes estatísticos é que a preocupação com a questão da mulher não relacionou-se em nenhum momento com os princípios da ES (autogestão, cooperação e autonomia), sendo que esta deveria ser a primeira questão a ser trabalhada junto às mulheres que participam do movimento. Uma segunda tendência apontada é a falta de influência da razão prática feminina, que forneceria ao movimento da ES uma forma de compreender a diversidade das comunidades e diversidade de circunstâncias que cada indivíduo vivencia, como aponta Martin (1993, 2003)..Essas duas práticas não influenciaram nenhum dos três princípios da ES, sendo relevante que pesquisas futuras tentem observar esse fenômeno. A promoção de maior conscientização na ES através das práticas feministas de gestão auxilia na afirmação e legitimidade das experiências e visões das mulheres, contudo, a relação negativa que foi identificada nos resultados relaciona-se com a falta de percepção da própria questão da mulher como relevante para o debate sobre o trabalho cooperativo. Muitas vezes a conscientização é um processo que é esquecido ou ultrapassado por questões operacionais no cotidiano do trabalho, entretanto, é necessária a mobilização e o debate além da geração de renda, para que os empreendimentos fortaleçam suas identidades.

A promoção de laços comunitários e cooperação e a promoção da democracia e participação também são valores que se materializam em práticas relevantes para a cooperação e autonomia dos empreendimentos, indo ao encontro da reflexão de Martin (1993, 2003) sobre a inclusão, interdependência e identidade de grupo. Os laços comunitários e cooperativos rejeitam o individualismo extremo, a competição exagerada e a dominação interpessoal, isso não significa que não ocorrerão conflitos, diferenças ou perdas. A visão da gestão cooperativa reduz o sentimento de inferioridade e distanciamento comum à visão hierárquica das organizações, de fato, a ênfase na comunidade encoraja o foco no trabalho. A participação das pessoas em sua própria governança, nesse sentido, as regras são elaboradas

com o envolvimento e consentimento dos governados, além disso, democracia significa o direito de discordar com o *status quo* sem retaliações, bem como a liberdade de falar, agir e escolher. A promoção da democracia acarreta um maior envolvimento dos indivíduos nas discussões, isso não quer dizer que todos são iguais ou lacuna de gestão, em vez disso, as gestoras feministas exercem cuidadosamente o poder, compartilham informações, recurso e oportunidades: a obrigação é tão importante quanto o privilégio.

A pesquisa evidencia também que a preocupação com o outro e os cuidados mútuos são relevantes para a autogestão e para a cooperação na ES. Na visão feminista, o indivíduo, mulheres e homens, são vistos como seres além do trabalho, portanto, são necessárias políticas que visualizem o cuidado com o outro, provisão de benefícios e seguros, boa saúde e segurança no trabalho também são questões relevantes. Assim como a luta por resultados transformadores emerge das práticas feministas nas organizações, o amadurecimento da consciência política resulta em empoderamento dos atores envolvidos na ES, que também é um movimento social.

A pesquisa sobre as práticas de gestão das mulheres na ES nos permite refletir sobre a necessidade de voltarmos o olhar para as novas formas de gerir, de forma que essas experiências sejam aprimoradas e possam agregar aos estudos organizacionais no âmbito não apenas do terceiro setor, mas também do primeiro e segundo setores. Dessa forma, as transformações na forma de gestão através das experiências das mulheres produzem a maior compreensão política, menos tolerância à opressão, mais motivação para o trabalho e maior identidade com o papel da mulher, que, comparada com o homem, é oprimida em todos os espaços. A transformação com a gestão feminista pode ocorrer: nas mulheres como indivíduos, nas mulheres no coletivo, nos homens e nas organizações.

6 Referências

Arruda, M. (2008). *Exchanging visions on a responsible, plural and solidarity-based economy*. Rio de Janeiro, ALOE – Workgroup visions of a responsible, plural y solidarity-based economy. 140p.

Asseburg, H. B.; Gaiger, L. I. G. (2007). A economia solidária diante das desigualdades. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p.499-533.

Ávila, M. B. M. (2013). A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: Venturi, G. Godinho, T. (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições Sesc SP.

Bauhardt, C. (2014). Solutions to the crisis? The Green NewDeal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. In: *Ecological Economics*, v.102, n. 61, p. 60–68. Elsevier.

Borzaga, C.; Tortia, E. (2007). Social economy organizations in the theory of the firm. In: *The Social Economy: building inclusive communitie*. Noya, A. and Clarence, E. (eds) pp. 23-60. Paris: OECD Publishing.

Cálas, M.; Smircich, L. (2007). Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: Clegg, S.; Hardy, C.; Nord, W. R.; Caldas, M.; Fachin, R. & Fischer, T. (Eds.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas.

Cooper, D. R.; Schindler, P. S. (2003). *Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman.

Costa, J. C. (2011). Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! In: *Sociedade e Cultura*, vol. 14, núm. 1, enero-junio, pp. 19-27.

Defourny, J.; Nyssens, M. (2010). Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergence. In: *Journal of Social Entrepreneurship*, v. 1, n. 1, p. 32-53.

França Filho, G. C.; Laville, J.- L.; Medeiros, A.; Magnen, J-P. (2006). *Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto alegre: Editora da UFRGS.

Gaiger, L. I. (2011). Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: Hspanha, P.; Santos, A.M. (Orgs.). *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Almedina.

Gibson-Graham, J.K. (2006). *A Postcapitalist Politics*. University of Minnesota Press. Minneapolis, London.

Guérin, I. (2005). *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola.

Hair, J. F. et al. (2009). *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman.

Koen, Susan. (1984) *Feminist Workplaces: Alternative models for the Organization of Work*. PhD dissertation, University of Michigan.

Laville, J.- L. (2014). Mudança social e teoria da Economia Solidária. Uma perspectiva maussiana. In: *Sociologias*, n. 36, mai./ago., p. 60-73. Porto Alegre.

Laville, J.- L., B; Levesque, B.; Mendell, M.. (2007). The social economy: diverse approaches and practices in Europe and Canada. In: A. Noya and E. Clarence (eds.), *The Social Economy: Building Inclusive Economies*, OECD, Paris.

Mance, E. A. (2006). *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes.

Martin, P. Y. (1993). *Feminist practice in organizations: Implications for management*. In: Fagenson, E. A. (Ed.), *Women in management: Trends, issues, and challenges in managerial diversity: 274–296*. Newbury Park, CA: Sage.

Martin, P. Y. (2003). “Said and done” versus “saying and doing”: Gendering practices, practicing gender at work. In: *Gender & Society*, 17, 342-366.

Ministério do Trabalho [MTb] (2007). Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES]. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, Brasília, 2007. Recuperado em 15 novembro, 2016, de

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos [MM] (2015). *Mulheres transformando a economia*. In: *Cartilha sobre Economia Solidária e Feminista*. São Paulo, 2015. Recuperado em 02 maio, 2017, de <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilhaSOFdigital.pdf>.

Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Sociedade e Estado*. Brasília, jan/abr. 2006, v. 21, n. 1, p. 109-130.

Segnini, L. R. P. (2007). Nota técnica: do ponto de vista do Brasil: estudos organizacionais e a questão do feminismo. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R.; CALDAS, M.; FACHIN, R. & FISCHER, T. (Eds.) *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas.

Singer, P. I. (2008). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Venturi, G. Godinho, T. (Orgs.). (2013). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições Sesc SP.

Vieta, M. (2014). The stream of self-determination and *autogestión*: Prefiguring alternative economic realities. *Ephemera: Theory and Politics in Organization*, 14(4), 779-806.

Warning, M. (1989). *If Women Counted: A New Feminist Economics*. London: Macmillan.